

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Papa Doce é uma empresa do ramo alimentar com sede na Amadora, dedicada ao fabrico e comércio de diversos produtos alimentares, nomeadamente sobremesas e bolos.

Conforme foi tornado público na sequência de sucessivas denúncias ao longo do último ano, a administração da empresa está a faltar ao atempado pagamento dos salários desde o início da crise sanitária. Segundo informações recebidas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, este incumprimento reiterado tem vindo a agravar-se nos últimos meses, estando atualmente em atraso o pagamento dos salários de fevereiro, março e abril a cerca de duas dezenas de trabalhadores. Além dos três meses de salário em atraso, a empresa terá também obrigado os funcionários a tirar férias no atual mês de maio, sem pagar o subsídio de férias correspondente.

Acresce que, segundo os relatos, a empresa está a faltar ao pagamento dos salários enquanto recebe apoio público com vista à viabilização da sua atividade e à manutenção dos postos de trabalho. A empresa está a beneficiar atualmente do apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, mas alega junto dos trabalhadores que não recebe as verbas da Segurança Social desde outubro de 2020. No entanto, de acordo com os vários relatos que nos chegaram, a empresa está efetivamente a receber o apoio público que deveria servir para viabilizar a sua atividade e assegurar a manutenção do emprego, faltando simultaneamente às suas obrigações perante os trabalhadores.

Os relatos que chegaram a este Grupo Parlamentar descrevem uma evidente degradação das condições de trabalho na empresa, que levaram à recente demissão do seu diretor e ao pedido de cessação do contrato de trabalho por parte de alguns trabalhadores. Neste contexto de grande incerteza, os trabalhadores estão ainda a ser deixados sem funções durante o horário de trabalho, o que, a par da grave situação de não pagamento dos salários e do abandono das chefias, é descrito como uma tentativa de desmoralizar e empurrar os trabalhadores para desistirem dos postos de trabalho.

A difícil situação em que se encontram estes trabalhadores, perante o flagrante incumprimento

por parte da empresa, exige uma rápida intervenção. Desde há cerca de um ano, a partir de abril de 2020, foram já feitas várias denúncias à Autoridade das Condições do Trabalho (ACT) sobre a situação que se vive na empresa e o persistente incumprimento do pagamento dos salários. No entanto, apesar das denúncias e da insistência dos trabalhadores, segundo as informações que nos chegaram, não foi ainda realizada qualquer ação inspetiva por parte da ACT.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da situação de salários em atraso e da degradação das condições de trabalho na empresa Papa Doce?
2. Na sequência das diversas queixas dirigidas à Autoridade para as Condições do Trabalho desde abril de 2020, foram já realizadas diligências inspetivas? Quais os resultados dessas diligências? Que medidas foram ou vão ser tomadas?
3. Tendo em conta que a empresa está a beneficiar de apoio público para a manutenção da sua atividade e dos postos de trabalho, como pretende a tutela atuar por forma a impor a imediata regularização no pagamento dos salários e a assegurar que são tomadas medidas para a viabilização da empresa?

Palácio de São Bento, 7 de maio de 2021

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)